



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

- 1.1 O letreiro, que visa promover a valorização urbanística do município, será confeccionado em aço galvanizado com estrutura para aplicação de iluminação LED frontal, com dimensões seguindo o projeto executivo (aproximadas em 8,00 metros de comprimento com 2,40 metros de altura) e base (com 0,50 metros de altura), garantindo a estabilidade estrutural e adequada fixação do elemento metálico.
- 1.2 A instalação tem como objetivo compor um novo ponto de referência visual para o município, fortalecendo sua identidade simbólica, contribuindo para o embelezamento do espaço público e gerando uma recepção mais atrativa e acolhedora a moradores e visitantes.
- 1.3 Considerando a complexidade dos serviços envolvidos – incluindo escavações, armações, concretagem, soldagem, montagem e o acabamento da estrutura de grande porte – a execução demanda mão de obra qualificada e o cumprimento de normas técnicas de engenharia, segurança e durabilidade.
- 1.4 A contratação será realizada por meio de processo licitatório eletrônico, na modalidade de menor preço global, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei nº14.133/2021. O valor estimado da obra é de R\$117.200,20 (cento e dezessete mil e duzentos reais e vinte centavos), com prazo de execução de 1 mês a partir da data de emissão da ordem de serviço.
- 1.5 Esta contratação considera ainda o uso de materiais duráveis e de baixa manutenção, como o aço galvanizado e o concreto armado, visando garantir a longevidade da estrutura e a economia nas manutenções.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL - PCA

- 2.1 A contratação pretendida está contemplada no Plano de Contratações Anual do presente ano sob o registro de nº 70/2025, estando prevista para o dia 05/07/2025.



3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte: Contratação de empresa especializada em engenharia para construção de base e instalação de letreiro em canteiro da entrada do município de Coromandel/MG, na rodovia BR-352.
- 3.1.1 Trata-se de serviço não continuado.
- 3.1.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 3.1.3 A execução dos serviços deverá ser em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente, com as recomendações técnicas e com as especificações e condições descritas no projeto.
- 3.1.4 A contratada deverá arcar com todos os custos e logística relacionadas ao serviço.
- 3.1.5 Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa vencedora, com a utilização de todo o material de consumo necessário à execução, sem quaisquer despesas adicionais para a Prefeitura Municipal de Coromandel, não podendo ser cedidos ou subcontratados.
- 3.2 A duração do contrato é de 1 (um) mês.
- 3.3 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- 3.4 A contratante deverá observar os seguintes critérios:
- 3.5 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 3.6 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 3.7 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando



- prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 3.8 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 3.9 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA;
- 3.10 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 3.10.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
 - 3.10.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
 - 3.10.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 3.10.4 considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 3.11 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 3.12 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 3.13 Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 3.13.1 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - 3.13.2 certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;



- 3.14 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 3.15 A contratada deverá cumprir as seguintes obrigações:
- 3.16 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 3.17 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- 3.18 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 3.19 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 3.20 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 3.21 Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Coromandel/MG; ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 3.22 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução da obra;
- 3.23 Efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de uso, no prazo constante no Termo de Referência, contado do recebimento da comunicação expedida pelo Setor competente;
- 3.24 Comunicar ao Serviço competente da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 3.25 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no ato da assinatura de contrato ou outro documento equivalente;



- 3.26 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.
- 3.27 Vedar a contratação, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 3.28 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Municipal da sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 3.29 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 3.30 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 3.31 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 3.32 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;



- 3.33 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 3.34 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 3.35 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 3.36 A empresa licitante deverá apresentar declaração, assinada por seu representante legal, afirmando que não emprega menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, em conformidade com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. Deverá constar, ainda, que não permite a utilização de mão de obra de menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, em observância à legislação trabalhista vigente, especialmente à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais normativos aplicáveis. A apresentação dessa declaração é condição obrigatória para habilitação no certame e poderá ser verificada a qualquer tempo pela Administração Pública.
- 3.37 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 3.39 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 3.40 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;



- 3.41 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 3.42 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade:
- 3.42.1 O direito de propriedade intelectual dos projetos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 3.42.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 3.43 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 3.44 Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;
- 3.45 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 3.46 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 3.47 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 3.48 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;



- 3.49 Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 3.50 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- 3.51 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 3.52 Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 3.53 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 3.54 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidros sanitárias, elétricas e de comunicação.
- 3.55 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 3.56 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 3.57 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 3.58 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem



como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

3.59 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

3.60 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

3.60.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

3.60.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

3.60.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.



- 3.61 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 3.62 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 3.63 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 3.64 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 3.64.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- 3.64.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 3.64.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;



3.64.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

3.64.5 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

3.65 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

3.66 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

3.66.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

3.66.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

3.66.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de



suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

3.66.4 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

3.66.5 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

3.66.6 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

3.67 Em relação à execução da obra:

3.67.1 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;

3.67.2 Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da



CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

3.67.3 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

3.67.4 Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela CONTRATADA, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

3.68 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste ETP e seus anexos e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

4.1 Conforme planilhas e projetos anexados é possível verificar o quantitativo de cada item listado para a Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Construção de Base e Instalação de Letreiro em Canteiro da Entrada no Município de Coromandel/MG na Rodovia BR-352, sendo os itens da planilha orçamentária analítica anexado: Serviços Preliminares, Base, Letreiro, Paisagismo e Serviços Complementares.



5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 5.1 Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente o disposto no artigo 23, foi realizado levantamento de preços com base em diferentes fontes, incluindo as tabelas SINAPI, SEINFRA e cotações diretas com fornecedores especializados. O objetivo foi estimar o custo da contratação de empresa especializada para a execução de base em concreto armado e aquisição com instalação de letreiro institucional na entrada da cidade de Coromandel/MG. A cotação refere-se à contratação de uma execução completa, englobando o fornecimento de materiais, mão de obra especializada, transporte, equipamentos e todos os demais insumos necessários para a entrega do objeto totalmente finalizado e em condições de uso.
- 5.2 A equipe de servidores municipais atualmente disponível não possui qualificação técnica específica para executar serviços dessa natureza, especialmente no que se refere à fabricação e instalação de estruturas metálicas de grande porte. A realização da obra com recursos internos demandaria a interrupção de atividades rotineiras da administração, a aquisição ou locação de equipamentos não disponíveis, além de acarretar riscos relacionados à segurança, à qualidade da execução e à continuidade de serviços essenciais prestados pelo município.
- 5.3 Diante disso, a alternativa mais viável, eficiente e segura para a Administração Pública é a contratação de empresa especializada, devidamente habilitada para assumir a responsabilidade técnica pela obra e cumprir todos os requisitos legais e técnicos exigidos. Essa opção assegura maior qualidade, conformidade normativa, economia de escala e cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 5.4 As cotações de preços foram realizadas no período de abril a maio de 2025, com base em valores atualizados, que consideram encargos, tributos, custos com materiais, mão de obra e demais insumos necessários à execução integral do objeto.



6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 6.1 O valor estimado para a contratação é R\$117.200,20 (cento e dezessete mil e duzentos reais e vinte centavos) para execução da obra conforme projeto e memorial descritivo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

- 7.1 A solução proposta contempla a execução completa da fundação, aquisição e instalação de letreiro metálico institucional na entrada do município, localizado às margens da BR-352. Sendo que, a obra tem como objetivo valorizar o espaço urbano, promover a identidade visual da cidade e oferecer um marco de boas-vindas a moradores e visitantes.
- 7.2 O objetivo a ser contratado abrange os seguintes serviços e etapas:
- 7.2.1 Elaboração de projeto executivo conforme as normas técnicas aplicáveis;
- 7.2.2 Elaboração de orçamento e documentações necessárias para processo licitatório;
- 7.2.3 A contratação será precedida de licitação na modalidade Concorrência, com critério de julgamento por menor preço global, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, permitindo ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, dada a complexidade e indivisibilidade do objeto.
- 7.2.4 Concluído o procedimento licitatório, será celebrado contrato administrativo com a empresa vencedora, que será convocada a executar os serviços de acordo com o cronograma físico-financeiro e as etapas estabelecidas no projeto executivo. A formalização da contratação observará as normas legais aplicáveis, sendo precedida de assinatura contratual, publicação no diário oficial e emissão de ordem de serviço para início da execução.
- 7.2.5 A execução dos serviços deverá observar fielmente as condições deste Termo de Referência e do projeto técnico, sendo acompanhada e fiscalizada por equipe de servidores designados, os quais serão responsáveis pelo controle de qualidade e pelo cumprimento dos prazos e das obrigações contratuais.

7.2.6 Após atestar a efetiva prestação dos serviços, o fiscal, por meio de relatório, comunicará ao Gestor de Contratos do recebimento definitivo do objeto, o qual autorizará o pagamento pelo setor responsável.

7.2.7 A contratação deverá como regime de execução a Empreitada por Preço Global, sendo o regime de execução no qual se contrata a execução da obra por preço certo de unidades determinadas.

7.3 A solução considera o ciclo de vida do objeto, desde sua concepção até a contratação, sendo a mesma efetiva e econômica, com elevado retorno estético e simbólico para o município, atendendo plenamente aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na legislação vigente.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1 Em conformidade com o disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021, a administração analisou a possibilidade de parcelamento do objeto da contratação e após a análise não é conveniente o parcelamento da contratação.

8.2 Embora a regra geral da nova Lei de Licitações seja o parcelamento como forma de ampliar a competitividade e assegurar a economicidade, esta contratação se enquadra nas exceções previstas no §3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que admitem a contratação global mediante justificativa técnica ou econômica devidamente fundamentada. Considerando que o objeto demanda a atuação de empresa especializada em engenharia, conclui-se que a execução de forma não parcelada é tecnicamente viável e economicamente vantajosa, pelos seguintes motivos:

8.2.1 Interdependência técnica dos serviços: a execução da base está diretamente vinculada à instalação do letreiro, sendo inviável a separação das etapas sem prejuízo à qualidade e à continuidade da execução. Trata-se de uma obra com solução integrada.

8.2.2 Responsabilidade técnica unificada: garante que uma única empresa tem responsabilidade integral da obra – o que assegura maior controle da



administração, visto que, o parcelamento exigira múltiplas responsabilidades e possíveis conflitos entre diferentes empresas.

8.2.3 Risco de incompatibilidade e falhas de execução: dividir a contratação poderia resultar em divergentes e atraso de cronograma.

8.3 Diante do exposto, a Administração opta pela contratação global do objeto, por meio de licitação na modalidade menor preço global, de forma a garantir maior eficiência na execução, melhor controle técnico, menor risco de falhas contratuais e plena observância ao interesse público.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 A presente contratação visa garantir a execução com a devida alocação eficiente dos recursos públicos, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. Com a contratação da empresa especializada por meio de licitação na modalidade menor preço global, os seguintes resultados são pretendidos:

9.1.1 Economicidade na aplicação dos recursos públicos: A contratação foi precedida de levantamento de mercado com base em fontes oficiais (SINAPI, SEINFRA) e cotações diretas, permitindo a definição de um preço de referência condizente com os valores praticados. A licitação por menor preço global assegura a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, sem comprometer a qualidade e segurança da obra.

9.1.2 Redução de custos indiretos e operacionais: Ao optar pela execução integral do objeto por empresa única, evita-se a necessidade de múltiplos contratos, fiscalizações duplicadas e retrabalhos entre diferentes prestadores de serviço, o que representa economia administrativa e maior controle contratual.

9.1.3 Melhoria no aproveitamento dos recursos humanos municipais: Considerando que a equipe técnica da Prefeitura não dispõe de profissionais habilitados e experientes na execução de estruturas metálicas de grande porte e fundações específicas, a terceirização evita o desvio de função, a sobrecarga dos servidores e a interrupção de serviços essenciais. Os recursos humanos do

município permanecem alocados em suas atividades-fim, preservando a eficiência da gestão pública.

9.1.4 Garantia de qualidade e durabilidade da obra: A solução escolhida envolve materiais de alta resistência (aço galvanizado e concreto armado), com longa vida útil e baixa necessidade de manutenção, reduzindo custos futuros de conservação e aumentando o retorno do investimento público.

9.2 Dessa forma, a contratação proposta resulta em ganhos concretos de planejamento, racionalização de recursos e eficiência na entrega de um equipamento urbano simbólico e duradouro para o município de Coromandel/MG.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Após a consolidação deste ETP serão produzidas as fases a seguir:

- a) Finalização do Termo de Referência Provisório,
- b) Realização de pesquisa de preço e confeccionar o Ato de Consolidação do Orçamento,
- c) Consolidação do Termo de Referência com os valores estimados na pesquisa de preços;
- d) Confecção da Requisição e demais documentos que instruirão o DFD;
- e) Elaboração do Documento de Formalização de Demanda;
- f) Envio de toda documentação para setor de compras requerendo a abertura do processo licitatório.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 Não há necessidade de contratação correlatas, vez que já foram realizadas por esta administração.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 A obra em questão trata-se de uma intervenção de pequeno porte, realizada em área urbana já antropizada, os impactos ambientais potenciais são pontuais, de



baixa magnitude e temporários, limitando-se essencialmente ao período de execução da obra. Entre os possíveis impactos, destacam-se:

12.1.1 Geração de resíduos sólidos da construção civil (entulhos, embalagens, restos de concreto e aço);

12.1.2 Emissão de poeira e ruídos durante a escavação e movimentação de materiais;

12.1.3 Transtornos temporários no tráfego e na circulação de pedestres no entorno imediato do canteiro de obras.

12.2 Tais impactos serão mitigados com a adoção de boas práticas ambientais, conforme previsto na legislação vigente:

12.2.1 Destinação adequada dos resíduos sólidos, conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002;

12.2.2 Umidificação do solo para controle de poeira, caso necessário;

12.2.3 Delimitação e sinalização do local da obra para garantir a segurança de trabalhadores e transeuntes;

12.2.4 Utilização de equipamentos com manutenção em dia para redução de ruídos e emissões.

12.3 Após a conclusão da obra, não se prevê impacto ambiental significativo. O letreiro instalado não interfere na vegetação nativa, no solo ou em corpos hídricos. A estrutura é fixa, estável e de longa durabilidade, não demandando manutenção frequente nem gerando resíduos recorrentes.

12.4 Portanto, a obra apresenta impacto ambiental mínimo e plenamente controlável, sendo compatível com os princípios do desenvolvimento urbano sustentável e com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

13.1 Declara-se, para os devidos fins, que a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de base em concreto armado e instalação de letreiro institucional em aço galvanizado na entrada da cidade de Coromandel/MG – BR-



352, é viável sob os aspectos técnico, jurídico, orçamentário e ambiental, conforme fundamentado nos itens anteriores deste documento.

13.2 Do ponto de vista técnico, a obra possui projeto claro, com especificações definidas e compatíveis com a realidade local. A solução proposta utiliza materiais duráveis, técnicas consagradas e mão de obra especializada, garantindo a segurança estrutural e a durabilidade do objeto. A execução está dentro das capacidades de mercado e conta com ampla oferta de empresas qualificadas para atendimento.

13.3 Juridicamente, contratação será realizada em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, por meio de licitação eletrônica na modalidade de menor preço global, com justificativa para a não realização de parcelamento, nos termos do art. 23 e do §3º do art. 40 da referida norma legal. Todos os princípios e requisitos legais serão devidamente observados.

13.4 O orçamento estimado para a contratação é de R\$ 117.200,20 (cento e dezessete mil, duzentos reais e vinte centavos), valor compatível com os preços de mercado, conforme levantamento realizado por meio das tabelas SINAPI, SEINFRA e cotações diretas com fornecedores. Há disponibilidade orçamentária e financeira para execução da despesa, conforme dotação prevista no planejamento municipal.

13.5 A intervenção será realizada em área urbana já modificada, sem impacto significativo sobre recursos naturais. Os impactos ambientais decorrentes da obra são mínimos, temporários e plenamente mitigáveis, sendo a atividade compatível com a legislação ambiental vigente.

13.6 Dessa forma, a execução do objeto proposto é plenamente viável e recomendável, sendo coerente com o interesse público e os princípios da administração pública.

14. DATA E ASSINATURAS

14.1 Coromandel, 08 de maio de 2025.


Natália Felix de Lima
Engenheira Civil



Luiz Valadares

Luiz Fernando Valadares
Gestor de obras, serviços públicos e planejamento urbano